

A INVISIBILIDADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA NO DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA - DCRB

AUTORES/AUTORAS: Roberto Santos Bulhões

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação - PPGE. e-mail: rsbulhoes.ppge@uesc.br

AUTORES/AUTORAS: Me. Mayllena Joanne Fernandes de Carvalho

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC) - Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação - PPGE. e-mail: mjfcarvalho.ppge@uesc.br

AUTORES/AUTORAS: Dr. Cristiano De Santanna Bahia

Docente do Departamento de Saúde e do Programa de Mestrado e Doutorado.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC). e-mail: csbahia@uesc.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

O estudo trata do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), instrumento elaborado pela Secretaria da Educação do Estado. Apresenta-se como uma política curricular; orienta a organização do ensino na rede estadual, abrangendo a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de princípios, a saber: diversidade, formação integral e flexibilização curricular (Bahia, 2022). Suas diretrizes dialogam com concepções contemporâneas de currículo defendendo a valorização das trajetórias dos sujeitos e a articulação entre diferentes saberes. Logo, em consonância com Sacristán (2000) e Silva (2005), o currículo, enquanto construção histórica, política e social, envolve processos de seleção, hierarquização e exclusão de conhecimentos, tornando necessária a análise crítica dos documentos curriculares.

Nessa confluência, a EJA constitui-se como modalidade historicamente marcada por trajetórias pela negação do direito à educação, especialmente para as classes populares. Os sujeitos da EJA vivenciam processos de exclusão social e educacional, trazendo experiências formativas constituídas fora da escola (Arroyo, 2012). Haddad (2007) e Di Pierro (2010), destacam ainda que, a EJA ocupa posição secundária nas políticas públicas, sendo marcada por descontinuidade e fragilidade institucional.

Por sua vez, a Educação Física, componente curricular obrigatório da educação básica (Brasil, 1996), assume papel relevante na formação integral ao possibilitar a

apropriação crítica da cultura corporal, entendida como práticas corporais historicamente produzidas (Coletivo de Autores, 2012; Correia, 2016), contribuindo para a autonomia e reflexão sobre o corpo e a saúde (Brasil, 2017).

Diante disso, questiona-se: qual o lugar da Educação Física na EJA no DCRB e como sua organização revela limites e contradições da política curricular? O objetivo do estudo é analisar como a Educação Física é contemplada no DCRB na EJA, identificando limites e implicações na organização curricular.

DESENVOLVIMENTO

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA NO DCRB: ENTRE A FORMAÇÃO INTEGRAL E A INVISIBILIDADE CURRICULAR

A pesquisa insere-se em uma abordagem qualitativa de natureza documental, tendo como corpus o DCRB, com foco na EJA (Bahia, 2025). A análise foi realizada por meio de leitura exploratória e analítica, considerando a presença ou ausência de orientações curriculares e o nível de detalhamento, organizados em categorias temáticas articuladas à literatura da área.

Com isso, o DCRB explicita uma concepção de EJA baseada na diversidade dos sujeitos, na valorização de suas trajetórias e na educação como direito social, propondo a formação integral e um currículo flexível (Bahia, 2025). A EJA configura-se como campo de disputas, marcado por exclusões históricas e por uma permanente luta pela garantia do direito à educação (Arroyo, 2012). Haddad (2007) e Di Pierro (2010) destacam a fragilidade e a descontinuidade das políticas voltadas à modalidade. Nesse contexto, o documento enfatiza os saberes construídos na prática social, o trabalho coletivo e a articulação entre conhecimentos, indicando uma concepção curricular que reconhece a pluralidade dos sujeitos.

Entretanto, essa flexibilidade exige problematização, uma vez que pode contribuir para a diluição de determinados componentes curriculares. Tal cenário se expressa em uma organização curricular pautada por princípios amplos, que, embora relevantes, podem comprometer a explicitação e o fortalecimento de componentes específicos, a exemplo da Educação Física, tornando-a suscetível a processos de invisibilidade.

A Educação Física, compreendida como prática pedagógica que tematiza a cultura corporal, englobando jogos, esportes, lutas, danças e ginásticas (Coletivo de Autores, 2012),

contribui para a formação crítica do sujeito ao possibilitar a compreensão do corpo como construção histórica e social (Bracht, 1999; Castellani Filho, 2000). Nessa perspectiva, o currículo da Educação Física favorece a construção da cidadania, articulando autonomia intelectual e reflexão crítica, conforme previsto na LDB (Brasil, 1996).

Portanto, a análise do DCRB evidencia que a Educação Física na EJA se encontra fragilizada, sobretudo diante da ausência de orientações curriculares mais específicas que considerem as particularidades dos sujeitos, tais como trajetórias marcadas pelo trabalho, condições de cansaço físico e diversidade etária (Bahia, 2025). Essa ausência não se configura apenas como lacuna técnica, mas como expressão de processos históricos de invisibilidade curricular que atravessam a presença do componente na modalidade.

Com efeito, embora a legislação educacional reconheça a obrigatoriedade da Educação Física, sua materialização no contexto da EJA é marcada por contradições, ocupando frequentemente um lugar secundarizado no currículo (Brasil, 1996).

Além disso, ao não contemplar de forma mais consistente a dimensão corporal, o DCRB limita a compreensão da formação dos sujeitos, desconsiderando aspectos fundamentais relacionados ao corpo, ao trabalho, à saúde, ao lazer e à cultura. Tal cenário evidencia uma contradição entre o discurso da formação integral e sua efetiva concretização no currículo.

CONCLUSÕES

A análise do DCRB apresenta que, embora o documento reconheça a EJA como direito e valorize a diversidade dos sujeitos, persistem fragilidades na implementação curricular da Educação Física. Tal condição evidencia limites na materialização da formação integral, especialmente quanto ao reconhecimento da cultura corporal.

Observa-se uma tensão entre o discurso normativo e sua concretização no currículo, favorecendo processos de invisibilidade. Nesse contexto, a Educação Física tende a ocupar lugar secundarizado. Logo, torna-se fundamental avançar na construção de diretrizes que considerem as especificidades dos sujeitos da EJA, garantindo a efetiva contribuição da Educação Física para uma formação integral, crítica e socialmente referenciada.

Desse modo, conclui-se que a baixa visibilidade da Educação Física no DCRB revela contradições entre princípios e prática curricular, apontando a necessidade de maior sistematização do componente e aprofundamento das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. *Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Documento Curricular Referencial da Bahia para o Ensino Médio*. Salvador: Secretaria da Educação, 2022.
- BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Documento Curricular Referencial da Bahia: Educação de Jovens e Adultos*. Salvador: Secretaria da Educação, 2025.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69–88, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de educação física*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CORREIA, João Batista. Cultura corporal e educação física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 38, n. 2, p. 123–130, 2016.
- DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Byj8LBb5ktqKfbcHBJKQjmR/>. Acesso em: 23 mar. 2026.
- HADDAD, Sérgio. *A educação de jovens e adultos no Brasil (2000–2006): a construção de um direito*. Brasília: INEP, 2007.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.